

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.008 - RJ (2018/0119941-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
AGRAVANTE : V N R
ADVOGADOS : ANDRÉ RENATO FRANÇA BARRETO - RJ172132
NICOLLE SIMÃO GOMES E OUTRO(S) - RJ196194
PATRICIA MENEZES DE ALMEIDA - RJ174253
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por V N R contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TJRJ.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 129, § 9º, do Código Penal – CP, à pena de 3 meses de detenção, em regime aberto, com sursis penal, na forma dos artigos 77 e 78, ambos do CP (fl. 136).

A defesa interpôs recurso de apelação que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

CRIME CONTRA A PESSOA. LESÃO CORPORAL DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ARTIGO 129, § 9º, DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DEFENSIVO. ABSOLVIÇÃO OU, SUBSIDIARIAMENTE, ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS, PARA QUE SEJA AFASTADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

A materialidade do crime encontra-se pormenorizadamente descrita no laudo de exame de corpo de delito de lesão corporal de fls. 09/10, ao constatar a existência de vestígios à integridade corporal ou à saúde da vítima, produzida por instrumento contundente.

E interessante, também, constataremos que as fotos da vítima comprovam, também, a violência por esta sofrida (fls. 75/79), e, do mesmo modo, contrariam as pretensas explicações do recorrente de como se deu a dinâmica dos fatos. Do mesmo modo, a autoria delitiva restou comprovada no depoimento prestado, em Juízo, pela vítima.

A vítima descreveu todos os acontecimentos que precederam a ocorrência do injusto contra ela perpetrado. Também mencionou, com precisão, o momento em que o apelante atentou contra sua integridade física, e, por fim, os fatos que se seguiram ao

cometimento da agressão, estando seu depoimento de acordo com as demais provas produzidas nos autos.

Logo, não merece acolhimento o pleito absolutório formulado pela defesa do recorrente Victor Nogueira Ranquine.

Por sua vez, foi muito bem fundamentada a imposição ao recorrente, também, como condição para a concessão do sursis (artigo 78 do CP), da prestação de serviços à comunidade.

E finalmente, as condições impostas mostram-se razoáveis e proporcionais ao desvalor da conduta praticada.

DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO
(FLS. 254/255).

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação aos artigos 1º e 46, *caput*, ambos do CP, porquanto as instâncias ordinárias impuseram dentre as condições do *sursis* a prestação de serviços à comunidade, embora a pena seja inferior a 6 meses de detenção. Aduz que as condições previstas no art. 78, § 2º, do CP, são aplicadas apenas em substituição das condições previstas no art. 78, § 1º, do CP.

Requer absolvição ou invalidação das condições estabelecidas.

Contrarrazões (fls. 340/347).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista: a) o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça – STJ; e b) o acórdão estar de acordo com a jurisprudência desta Corte, conforme Súmula 83/STJ (fls. 386/389).

Em agravo em recurso especial, a defesa rebate os referidos óbices (fls. 454/467).

Contraminuta às fls. 492/494.

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo desprovisionamento do recurso especial (fls. 526/530).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

De início, o pleito absolutório não foi devidamente fundamentado, pois a petição de recurso especial carece de indicação do dispositivo de lei federal violado e das razões correlatas. Logo, o recurso não será conhecido neste ponto, conforme Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal – STF. Cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL RESTRITO AO RECONHECIMENTO DE FURTO NA MODALIDADE CONSUMADA. MANUTENÇÃO DA PARTE BENÉFICA DO ACÓRDÃO ESTADUAL NÃO IMPUGNADA PELO PARQUET. O MERO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO TOTAL DA PENA NÃO SUPRE A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DELE NAS RAZÕES DECLINADAS NA PETIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ÓBICE DA SÚMULA 284 DA SUPREMA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. A breve alusão à restauração total da pena ao final da petição do especial, a título de pedido, sem a declinação das razões pelas quais os citados benefícios concedidos ao agravado pelo Tribunal estadual deveriam ser cassados por esta Corte, não abre ao recorrente a via do especial por força do óbice da Súmula 284 da Suprema Corte.

[...]

4. Agravo regimental improvido (AgRg no AgRg no REsp 1494229/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 08/04/2015).

Sobre a violação ao art. 46, *caput*, do CP, o Tribunal de origem consignou que a prestação de serviços à comunidade como condição do sursis penal esbarra na restrição imposta no respectivo dispositivo. Cito o trecho:

Por sua vez, foi muito bem fundamentada a imposição ao recorrente, também, como condição para a concessão do sursis (artigo 78 do CP), da prestação de serviços à comunidade.

Por expressa disposição legal (artigo 78, § 1º, do CP), "no primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade (...)".

A restrição imposta pelo artigo 46 do Código Penal é aplicável, apenas, na hipótese da conversão das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, de acordo com o artigo 45 desse mesmo diploma normativo (fls. 260/261).

Todavia, conforme precedentes, a prestação de serviços à comunidade como condição de suspensão da pena somente é cabível em caso de pena superior a 6 meses. Cito:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. LESÃO CORPORAL. SURSIS SIMPLES.

CONDIÇÃO LEGAL OBRIGATÓRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. PENA INFERIOR A 6 MESES. MEDIDA INCABÍVEL. LIMITAÇÃO DE FINAL DE SEMANA ESTABELECIDA. DEMAIS CONDIÇÕES MANTIDAS. ART. 79 DO CP. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. No caso, a pena corporal foi estabelecida em 3 meses de detenção, o que afasta a possibilidade de prestação de serviços à comunidade, pois tal medida somente é aplicável às condenações superiores a 6 meses, a teor do art. 46 do CP.

[...]

5. Writ não conhecido. Habeas corpus concedido, de ofício, tão somente para substituir a condição legal correspondente à prestação de serviços à comunidade pela limitação de final de semana, ficando mantidas as demais condições do sursis estabelecidas na sentença condenatória (HC 440.286/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 20/06/2018).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

AMEAÇA PRATICADA CONTRA MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO OU FAMILIAR. AUSÊNCIA DE EXAME PELO TRIBUNAL ESTADUAL DE TESE SUSCITADA PELA DEFESA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA NÃO ALEGADA NAS RAZÕES DE APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE.

[...]

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. IMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE POR 1 (UM) ANO. ACUSADA CONDENADA À PENA DE 1 (UM) MÊS DE DETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 46 DO CÓDIGO PENAL. SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA POR LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

[...]

2. A suspensão condicional da pena, prevista no artigo 76 do Código Penal, tem como condições a prestação de serviços à comunidade ou a limitação de fim de semana, consoante se depreende do artigo 78 do mesmo diploma legal, que, por sua vez, remete ao artigo 46 do Estatuto Repressivo, que estabelece que a prestação de serviços à comunidade "é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação de liberdade".

3. No caso dos autos, a paciente foi condenada à pena de 1 (um) mês de detenção, o que revela a impossibilidade de que lhe seja imposta a prestação de serviços à comunidade como condição do sursis, já que sua sanção imposta foi inferior à 6 (seis) meses de privação de

liberdade

4. A prestação de serviços à comunidade, na espécie, se mostra mais gravosa até mesmo do que o cumprimento da reprimenda detentiva pela paciente, tratando-se de medida desproporcional, e que não atende às finalidades da suspensão condicional da pena.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para substituir a prestação de serviços à comunidade pela limitação de final de semana como condição da suspensão da pena imposta à paciente (HC 307.103/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/03/2015).

Sobre a violação ao art. 1º do CP, ante a cumulação de condições previstas nos parágrafos primeiro e segundo do art. 78 do CP, verifica-se que o Tribunal de origem não analisou a referida tese. Assim, no ponto, o recurso especial carece do adequado e indispensável prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas 282 e 356/STF. No mesmo sentido, cito precedente:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AOS ARTS. 4º, CAPUT, DA LEI Nº 7.492/86, E 62, I, DO CP. TESE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 4º, CAPUT, E 25, AMBOS DA LEI Nº 7.492/86. CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTA. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIRO NO DELITO. ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. ARESTO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. (AgRg no AREsp 454.427/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015)

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1061456/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017).

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial, conheço em parte do recurso especial e, com fundamento na Súmula 568/STJ, dou-lhe parcial

provimento para substituir a prestação de serviços à comunidade por limitação de fim de semana, conforme art. 78, § 1º, do CP.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

